

O TROCO

Jornal do Sindicato dos Bancários de Pelotas e Região | Novembro 2017

Mala Direta
Postal Básica
9912330578 - DR/RS
SIND. BANCÁRIOS PELOTAS
„CORREIOS„



SINDICATO DOS
BANCÁRIOS
PELOTAS E REGIÃO



TRABALHADORES OU ESCRAVOS?

Reformas põem em risco empregos e comprometem o futuro do Brasil.
Somente o fortalecimento das organizações sindicais pode impedir retrocessos.

O TROCO

Uma publicação mensal do Sindicato dos Bancários de Pelotas e Região

novembro/2017

Editorial

Depois de fazer passar a nova legislação trabalhista, o foco de Temer está todo na Previdência. Mesmo com o relatório da CPI indicando o uso irregular da Seguridade Social pelo governo, além da sonegação e do avanço da informalidade, os partidos que derrubaram Dilma Rousseff seguem coesos em torno da ideia de que alguma reforma precisa sair até o final de 2017. O receio dessas legendas é de que, em 2018, ano eleitoral, não haja força política suficiente para aprovar mudanças que prejudicam, principalmente, os trabalhadores mais humildes e as mulheres. Em meio a esse cenário, é preciso compreender que o ataque ao Sindicalismo é um ataque ao próprio trabalhador. Quando as organizações de classe ficam enfraquecidas, as categorias ficam sujeitas a decisões arbitrárias. Prova disso é que Temer irá baixar em R\$ 14 reais o salário mínimo para o ano que vem, mas a medida não afetará os trabalhadores do ramo financeiro. Os bancários só tiveram aumento real de seus salários, nos últimos anos, graças à Campanha Salarial Unificada – entre bancos públicos e privados –, que garantiu ganhos reais muito superiores à inflação. Não se deixe enganar! Sindicalize-se! Cada classe tem a sua representatividade e isso pesa no momento da negociação. Quem representa o trabalhador é o seu Sindicato! Sigamos, juntos, na defesa de nossas conquistas!

Expediente

Coordenador de Comunicação

LUIS DIOGO

Jornalista Responsável

EDUARDO MENEZES | MTb 15966 DRT/RS

Estagiário de Comunicação

MARCELO NASCENTE

Periódico mensal do Sindicato dos Bancários de Pelotas e Região. Rua Tiradentes, 3087 - Pelotas/RS

Telefone: (53) 3225.4108 e (53) 3225.4066

Site: www.bancariospel.org.br

e-mail: seebimprensa@gmail.com

Impressão Gráfica Seriate

Artigo

Momento é de união em defesa da Caixa 100% pública

Por Jair Pedro Ferreira*

O movimento dos empregados da Caixa Econômica Federal sempre foi heterogêneo. Vários são os grupos, as correntes, as forças. Há ainda as especificidades regionais, estaduais, municipais e até de bairro. Existe, no entanto, um consenso: quando a luta requer, nos momentos mais difíceis, a categoria tem provado que é uma das mais fortes e unidas do país. Avanços e conquistas não vieram por acaso ao longo dos anos.

Agora, mais uma vez, é hora de colocar as diferenças de lado e combater o verdadeiro inimigo. Estão cada dia mais escancarados os planos o governo federal para enfraquecer e privatizar o banco. Se será com abertura de capital ou fatiamento de áreas importantes como loterias, cartões e seguridade, pouco importa. A manutenção do caráter 100% público da Caixa deve ser o principal objetivo da mobilização de empregados e entidades representativas.

A Caixa é o banco da habitação. Graças a ela, milhões de brasileiros realizam o sonho da casa própria todos os anos. Só por meio do programa Minha Casa, Minha Vida, que é operado pela Caixa, mais de 2,6 milhões de famílias foram beneficiadas desde 2009. São quase R\$ 300 bilhões investidos, o que possibilitou, nesses oito anos, a entrega de 1.200 moradias por dia e a geração de 1,2 milhão de empregos.

Em relação ao FGTS, a Caixa também é fundamental. Ela administra hoje recursos da

ordem de R\$ 490 bilhões e realiza mil pagamentos a cada 10 minutos. Aliás, que outro banco abriria aos sábados para que 26 milhões de brasileiros sacassem as contas inativas? Além de socorrer trabalhadores nas dificuldades, o Fundo de Garantia ajuda no desenvolvimento do país. Mais de 4 mil cidades já tiveram obras financiadas com recursos do FGTS.

Mas a Caixa é também o banco dos programas sociais, do saneamento básico, da poupança, do esporte, da cultura, das Loterias, dos municípios. Impossível encontrar um cidadão que não tenha alguma relação com a Caixa, mesmo que boa parte não tenha noção disso. O banco está hoje em praticamente todas as cidades, até mesmo nos rios da Amazônia, uma capilaridade que gera orgulho e, claro, a cobiça dos concorrentes.

Propostas de privatização já foram derrotadas no passado. Foi assim entre 1995 e 2002, quando diversas empresas públicas foram preparadas para tornar-se espaços de obtenção de lucro. E também no final de 2014. A reação dos empregados da Caixa agora não será diferente. As mobilizações, aliás, se intensificam a cada dia.

Não há outro caminho. É hora de esquecer projetos pessoais e disputas internas, priorizando a luta em defesa do banco 100% público. Defender a Caixa é defender o Brasil!

* Jair Pedro Ferreira, empregado da Caixa desde 1989, é presidente da Federação Nacional das Associações do Pessoal da Caixa Econômica Federal (Fenae)

CHARGE

SARTORI QUER CONCORRER À REELEIÇÃO...





Desemprego é o efeito colateral das reformas de Temer

Lembrando as gigantescas filas em busca de emprego, da Era FHC, as agências do Sine amanheceram com filas quilométricas na sexta-feira (26).

A busca por uma das vagas ofertadas, em regime de mutirão, pelo Empregar RS, em todo estado, é um

sinal dos tempos que estão por vir, na medida em que as políticas neoliberais começam a entrar em curso.

A grande mídia não explica, mas o desemprego em alta ajuda a segurar os preços e manter a inflação no centro da meta. Depois da compra de deputados pela manutenção do pro-

grama derrotado nas urnas, vivenciamos um verdadeiro vale tudo para se manter no poder.

Em Pelotas, o programa disponibilizou 261 vagas em empresas de diferentes ramos. A estimativa é de que, somente em nosso município, existam 80 mil desempregados.

Meio Ambiente é pauta permanente dos bancários

A terceira palestra do 2º Ciclo de Debates sobre Meio Ambiente, promovida pelo Sindicato, contou com a presença do professor Lúcio André Fernandes - titular do Departamento de Ciências Sociais e Agrárias da UFPel. O encontro procurou refletir sobre os impactos e as perspectivas da relação estabelecida entre economia e meio ambiente.

De acordo com o membro do Coletivo do Meio Ambiente e diretor do Sindicato, César de Lima de Melo, um dos principais objetivos dessa atividade é trabalhar temas relacionados à questão ambiental em uma perspectiva reflexiva, educativa e inclusiva. “A ideia é que possamos nos apropriar de informações que não são debatidas no nosso cotidiano”, afirmou o dirigente sindical.

Segundo o professor Lúcio André, somente no ano de 2016, lançamos, na atmosfera, 53,4 bilhões de toneladas de gases de efeito estufa; o que nos

aproxima rapidamente de um aquecimento global considerado perigoso. “Essas emissões aumentaram cerca de 7% em relação à 2010. Isso se deve, agora, tanto à crescente produção de energia quanto a um regime alimentar perverso, transformado em commodities e baseado em proteínas animais”, explicou.

Na avaliação do palestrante, a esquerda não percebe a gravidade da situação atual e relega a segundo plano a agenda ambiental. “Optamos por um



desenvolvimento capitalista, com reprimização das economias da América Latina, alto impacto de extrativismo/ produção de commodities com relativos ganhos sociais mas grande degradação ambiental”, ressaltou.

Governo Sartori aprova redução de licença sindical

Projeto aprovado pode interferir nas liberações do Banrisul



Com o objetivo de enfraquecer o movimento sindical para poder agir sem sofrer pressão no projeto de desmonte do estado do Rio Grande do Sul, o Governo Sartori conseguiu aprovar o PL 148, junto à Câmara dos Deputados, que reduz o número de servidores liberados para exercerem mandato eletivo em sindicato, confederação, federação ou associação de classe. Foi aprovado, também, a emenda nº 3, que estabelece uma variação de licenças de um servidor (para entidades e sindicatos com menos de 1000 associados) até oito (para entidades com mais de 5.000 associados).

Ao limitar os gastos do Estado com os servidores sindicalizados, Sartori tenta justificar que estaria evitando um custo mensal para os cofres públicos com o qual não seria possível arcar em tempos de crise. Na prática, no entanto, o governo reconhece que essa medida de redução de gastos não tem absolutamente nenhum impacto na resolução da crise nas fi-

nanças. Trata-se, portanto, de uma tomada de posição ideológica, cuja convicção está assentada na tentativa de diluir o movimento sindical, aos poucos, evitando que, no futuro, os trabalhadores possam ter entidades representativas com força suficiente para negociar junto aos governantes.

O custo do governo com os representantes sindicais equivale ao gasto com o Tribunal Militar do Estado, mas a opção de Sartori é por enfraquecer o movimento sindical em detrimento de manter os privilégios dos militares. A medida mais democrática a ser adotada seria prever um número de cedências que estivesse diretamente relacionada ao número de associados das entidades. Mas, aproveitando-se da história coletiva que toma conta do país, nesse momento de ataque aos trabalhadores, o governo Sartori, afinado com Temer e o PSDB, avança sobre a representação sindical e procura abrir o caminho para a venda do patrimônio gaúcho para o capital estrangeiro.

Sindicato realiza “Mutirão de Ações” para resguardar direitos da categoria

Com o objetivo de enfrentar os prejuízos da Reforma Trabalhista, o Sindicato entrou com um Mutirão de Ações, por meio da sua Assessoria Jurídica, realizando o ajuizamento de todas as ações dos associados que estavam pendentes até o dia 11 de novembro – data em que entraram em vigor as novas regras. Para que nenhum trabalhador fosse prejudicado, os advogados do Sindicato estiveram empenhados na elaboração de petições iniciais e no cumprimento de todos os prazos.

Confira cada uma das ações que foram tratadas, em regime de mutirão, pelos advogados do Sindicato, resguardando os direitos dos bancários associados do Itaú, Bradesco, Banrisul, CEF e Santander:

Itaú

- **Férias** (venda obrigatória dos 10 dias): tornou-se uma praxe os funcionários do banco venderem as férias. A falta de funcionários e a sobrecarga de trabalho com a cobrança das metas torna impossível o gozo de 30 dias de férias.

- **7º e 8º Hora** para Assistentes de Gerência, Gerentes de Contas Uniclass e PJ, Gerentes de Negócios e Empresas 2 e 3 e Assistentes de Negócios.

- **Plano Agir**: não permite que a PLR seja descontada dos programas específicos. O Itaú vem descontando a PLR do Agir.

Bradesco

- **Reflexo das horas extras na gratificação semestral**: o banco não aplica as horas extras pagas aos bancários no cálculo da gratificação semestral. As horas extras são realizadas habitualmente e isso torna obrigatório a sua inclusão na gratificação semestral - enunciado 115 do TST.

- **Reflexo das horas extras nas férias**: a média das horas extras devem ser aplicadas no pagamento das férias e seu 1/3, mas o banco não considera. Como não foi adimplido no tempo correto, faz jus ao pagamento em dobro.

- **Reflexo das Horas Extras no 13º**: a média das horas extras

incide no valor a ser pago no 13º.

- **7ª e 8ª Horas Extras**: o banco aplica de forma indiscriminada as funções de 8 horas, como forma de burlar o pagamento de horas extras. A exceção do artigo 224 virou regra. Sendo que as próprias normas do banco fazem prova do fato incontroverso, fazendo jus ao pagamento de horas extras. Gerências médias e área operacional-ações separadas.

- **Vale-transporte**: O correto, segundo a Convenção Coletiva, seria realizar um desconto de 4%, mas o banco vem descontando 6%.

Banrisul

- Reflexo da gratificação de caixa na gratificação semestral
- Reflexo da ADI na PLR
- Reflexo da gratificação de operador de negócios na gratificação semestral
- Reflexo de operador de negócios na PLR
- Reflexo da variável de operador de negócios na gratificação semestral.
- Reflexo da variável de operador de negócios na PLR
- Ação reflexo do auxílio moradia
- Reflexo da 7º e 8º Gerências Médias – supervisor e gerente de negócios

CEF

- **Quebra de caixa para os efetivos no caixa**: as normas internas da CEF regulam um pagamento de valor a título de função gratificada para os caixas, sendo que esta verba não representa a quebra de caixa, prevista na Convenção Coletiva, para cobrir eventuais prejuízos no exercício da função. Cabe essa ação para todos os que trabalham com numerário, caixas e tesoureiros.

Santander

- 7ª e 8ª Hora de gerente de relacionamento PF e PJ, coordenador de atendimento e gerente de atendimento.



Governo pretende fazer a Reforma da Previdência até o final do ano

Que une os principais partidos que derrubaram Dilma Rousseff – PMDB, PSDB, DEM, PSD, SD, PR, além de outros menores que votam conforme o preço – para pôr Michel Temer no poder são as “reformas”. E a bola da vez dos patrocinadores do golpe – o mercado financeiro e seus agentes nos meios de comunicação – é a Previdência. Todos sabem que se não votarem algo neste ano não vai ser no ano eleitoral de 2018 que irão conseguir.

O presidente da Câmara, deputado Rodrigo Maia (DEM-RJ), absorveu esta encomenda e prepara a Casa para discutir a reforma “possível” a partir desse mês de novembro. O relatório final da CPI da Previdência, apresentado na segunda-feira (23/10), é solenemente ignorado pelos congressistas, com a ajuda dos meios de comunicação. O texto identificou a sonegação, o uso inadequado de recursos da Seguridade Social pelo governo, o avanço da informalidade – ou seja, gestão da Previdência e gestão da economia – como alguns dos principais elementos de desequilíbrio.

Mas para o governo alguma coisa tem de sair. Maia sabe que o projeto de reforma (PEC 287) tal como foi concebido

não tem a menor chance de passar. Nenhum político quer ser fiador de um governo com 3% de aprovação para levá-lo adiante um dos direitos mais sagrados para os trabalhadores – o de poder descansar um dia com um mínimo de dignidade. Rodrigo Maia lida bem com o discurso do mercado para tentar inverter a lógica da previdência pública, classificando-a de “maior transferência de renda do mundo de pobres para ricos”. Ele destacou a fixação da idade mínima e as regras para servidores públicos.

O texto prevê aposentadoria aos 65 anos de idade, para homem, e 62 anos, para mulheres, com 25 anos de tempo de contribuição. A PEC original previa aposentadoria aos 65 para homens e mulheres, e 25 anos de tempo de contribuição. Para os futuros servidores, o texto aprovado fixa idades mínimas de aposentadoria de 62 anos para a mulher e 65 anos para o homem. O tempo mínimo de contribuição será de 25 anos. Já os atuais servidores serão submetidos a regras de transição conforme a data de ingresso no setor público.

Com informações RBA e RDNBews



Baixe o aplicativo da Radiocom para Android no Google Play



Para retirar direitos é preciso enfraquecer o movimento sindical

Ataque ao sindicalismo, no Brasil, faz parte do projeto de redução do Estado e pode deixar a categoria bancária à mercê dos interesses de banqueiros



Temer baixou em R\$ 14 reais - de R\$ 979 para R\$ 965 - a previsão para o salário mínimo, em 2018, com a justificativa de que essa redução poderia gerar uma economia de R\$ 3 bilhões para o ano que vem. Seu argumento, infelizmente, não é nem mesmo questionado pela maior parte da população, que faz vistas grossas ao gasto de mais de R\$ 30 bilhões para a compra de apoio parlamentar, evitando ser investigado por corrupção passiva, obstrução à Justiça e organização criminosa. Os bancários recordam, ainda hoje, de suas conquistas históricas. Dentre elas, a Campanha Nacional de 2016, que, em seu décimo terceiro ano consecutivo, conseguiu assegurar um aumento real de salário para a categoria, além de melhorias na PLR e demais cláusulas econômicas e sociais.

O movimento do governo em direção à retirada de direitos, que teve início com a aprovação da PEC do Teto dos Gastos e seguiu com as mudanças de regra para a Terceirização e a aprovação das novas leis trabalhistas, será concretizado com a aprovação da reforma da Previdência. Na década de 1990, em que o projeto neoliberal passou a avançar, no Brasil, seguindo à risca a cartilha aprovada no Consenso de Washington, os bancários tiveram enormes perdas, sobretudo com a política de abonos colocada em curso nos governos Collor/FHC.

Com a unificação da luta, na Convenção Coletiva de 2003, os bancários tiveram assegurados os mesmos salários e os mesmos direitos, em todo o país e em todos os bancos (públicos e privados), graças à unificação das campanhas. Foi a capacidade de organização dos trabalhadores e a unidade em defesa dos seus interesses que garantiram avanços importantes, até hoje, em cláusulas relativas às condições de trabalho, ao assédio moral, à saúde e à segurança bancária, já que o princípio básico da CCT é a igualdade de direitos dos trabalhadores.

As conquistas são, portanto, resultado de um histórico de luta coletiva e entendimento de que toda responsabilidade exige, também, que sejam respeitados os direitos da categoria. Com as mudanças em curso e a prevalência do negociado sobre o legislado, torna-se ainda mais importante compreender qual o lugar que cada trabalhador ocupa na escala social. Não se trata de demonizar os empresários, mas de compreender que, tendo cada lado seus interesses particulares, somente com a unidade da categoria será possível estabelecer um diálogo de igual para igual na busca da manutenção das conquistas obtidas ao longo dos anos. As alterações referentes ao contrato e jornada de trabalho, férias, regras para demissão, remuneração, negociação coletiva, acesso à Justiça do Trabalho e representação sindical só não serão sentidas, de imediato, graças à CCT, assinada por dois anos (2016-2018) por intermédio do movimento sindical.

Confira algumas das principais conquistas dos bancários nas últimas décadas:

- 1992- Assinatura da primeira Convenção Coletiva de Trabalho, válida para todo o país.
- 1994 - Conquista do Vale-alimentação.
- 1995 - Bancários são a primeira categoria a conquistar a Participação nos Lucros e Resultados.
- 2003 - Primeira campanha salarial unificada. Com greve, bancários dos bancos públicos conquistam a mesma PLR dos bancos privados.
- 2007 - Conquista da 13ª cesta-alimentação.
- 2009 - Licença-maternidade de 180 dias.
- 2016 - Licença-paternidade de 20 dias

Censura volta ao País

Caetano Veloso é impedido de se apresentar em ocupação do MTST

Foto: Roberto Parizotti/CUT



Com uma multa estipulada em R\$ 500 mil, no caso de descumprimento de decisão judicial, o cantor Caetano Veloso foi impedido de se apresentar na ocupação do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), no Bairro Planalto, em São Bernardo do Campo, no ABC paulista. A ação foi movida pelo prefeito Orlando Morando (PSDB) e contou com a anuência do Ministério Público

O fato repercutiu bastante em todo o país, sobretudo, devido ao momento político vivenciado por todos os brasileiros. A retirada de direitos, a criminalização dos movimentos sociais e o agendamento

do debate público em torno de pautas moralistas - desviando o foco dos graves casos de corrupção que se alastram pelos três poderes - compõem um cenário típico de regimes totalitários.

Não houve visita no local para que a juíza pudesse concluir a necessidade de cancelamento da apresentação por falta de segurança no local. Foi uma medida tomada de forma arbitrária, sem ouvir ninguém, baseada na premissa de que o cantor atrairia um grande público para o local, gerando riscos para os acampados. Dessa forma, o Estado se comporta como censor, já que, na prática, viabilizou um ato político sem a devida base material para essa tomada de posição.

Associe-se ao Sindicato! Não permita que retirem os teus direitos.

Não estou sozinho,
sou sindicalizado

